

## **A RELIGIÃO TRADICIONAL NA CULTURA POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU**

**Cláudia Favarato**

[favaratoclaudia@gmail.com](mailto:favaratoclaudia@gmail.com)

Doutoranda em Ciência Política no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP, Portugal), Universidade de Lisboa; Mestre em Estudos Africanos, ISCSP, Universidade de Lisboa; Mestre em Política Internacional e Diplomacia pela Universidade de Pádua; investigadora colaboradora no Centro de Estudos Africanos (CEAF) do ISCSP, Universidade de Lisboa.

### **Resumo**

O presente artigo tem por objetivo examinar a importância do sistema religioso animista indígena na cultura política da Guiné-Bissau. A análise do contraste entre a legitimação inerente da autoridade do Estado e as autoridades tradicionais locais permite entender o tipo de cultura política partilhada do povo guineense.

Tendo em conta a exacerbação da capacidade de resposta pública à manipulação de símbolos quando os indivíduos sentem que os níveis de segurança humana se encontram mais baixos, neste artigo aborda-se a importância do capital simbólico religioso inerente à política dos líderes nacionais da Guiné-Bissau, dando como exemplo o caso de José Bernardino "Nino" Vieira.

Estas práticas permitem às autoridades estatais legitimar a sua autoridade, ultrapassar o impasse da heterogeneidade étnica e compensar as relações frouxas entre o governo e os cidadãos.

Finalmente, examina-se a manipulação da dimensão religiosa para fins políticos como um marco do processo de *africanização* do poder, devido ao sincretismo religioso e político típico dos sistemas políticos tradicionais africanos, e a forma como os mitos sobre os idolatrados líderes nacionais podem fomentar o avanço de um regime político autoritário.

### **Palavras-chave**

Guiné-Bissau; cultura política; capital simbólico; sistema político africano; religião tradicional africana

### **Como citar este artigo**

Favarato, Cláudia (2018). "A religião tradicional na cultura política da Guiné-Bissau". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 9, N.º 2, Novembro 2018-Abril 2019. Consultado [online] em data da última consulta, <https://doi.org/10.26619/1647-7251.9.2.7>

**Artigo recebido em 21 de Dezembro de 2017 e aceite para publicação em 1 de Julho de 2018**





## **A RELIGIÃO TRADICIONAL NA CULTURA POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU<sup>1</sup>**

**Cláudia Favarato**

### **Introdução**

Este artigo pretende examinar a importância da religião tradicional na cultura política da Guiné-Bissau. Os golpes de estado que ocorreram ao longo das últimas cinco décadas enfraqueceram o processo de construção do Estado e o fortalecimento de uma democracia liberal baseada no estado de direito. Na presença de uma forte heterogeneidade étnica, as autoridades tradicionais gozam de grande legitimidade, o que dificulta a força das autoridades estatais formais. Além disso, os valores religiosos, expressos principalmente através das cosmologias animistas indígenas, continuam fortemente enraizadas entre os guineenses.

Em primeiro lugar, o tipo de cultura política predominante na Guiné-Bissau é identificado com base na classificação de Almond & Verba (1989 [1963]), revelando a estrutura política tripla e enfatizando os padrões de contraste entre a autoridade do Estado e as autoridades tradicionais locais.

Em segundo lugar, vários estudos (Inglehart, Basañes & Moreno, 1998; Inglehart & Norris, 2011) demonstram que entre as pessoas que vivem com baixos rendimentos ou em estados falhados ou mais pobres, a religiosidade permanece fortemente enraizada. Assim, a receptividade pública à manipulação de símbolos é aliviada quando as pessoas estão pessoalmente vulneráveis à angústia político-económica ou quando se sentem incapazes de lidar com os seus problemas. De acordo com a tese da secularização da segurança humana (Inglehart & Norris, 2011), discute-se a importância do capital simbólico fundamentado na religião como uma ferramenta usada pelos líderes da Guiné Bissau para legitimar a sua autoridade e ultrapassar o impasse da heterogeneidade étnica.

A terceira parte do artigo centra-se na importância da dimensão religiosa na cultura política da Guiné-Bissau. Espera-se que os resultados dos dados confirmem as hipóteses postuladas sobre os objetivos da manipulação dos valores religiosos. Por um lado, formulei a hipótese que, embora o emprego de símbolos religiosos por líderes nacionais seja uma ferramenta para compensar as relações frouxas entre o governo e os cidadãos, essas práticas façam parte dos sistemas políticos tradicionais africanos. Nesse sentido, a sua interpenetração com o sistema Estatal constitui um marco no processo de

---

<sup>1</sup> A tradução deste artigo foi financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia – no âmbito do projeto do OBSERVARE com a referência UID/CPO/04155/2013, e tem como objetivo a publicação no JANUS.NET. Texto traduzido por Carolina Peralta.



africanização do poder. Por outro lado, devido aos níveis excepcionalmente elevados de legitimação e consentimento que fornecem, juntamente com um sentimento de medo entre a população, os mitos que adoram a figura do presidente apoiam o avanço de um sistema político autoritário.

A análise descrita neste artigo baseia-se em dados recolhidos em trabalho de campo (região de Biombo, outubro a dezembro de 2016). Técnicas como conversas informais com representantes do sistema político tradicional local, juntamente com a observação participada no cotidiano e ocorrências nas povoações rurais, forneceram os dados necessários para o gráfico. Avança-se uma descrição tão clara quanto possível do tipo de cultura política predominante.

Além disso, a investigação é enriquecida pela análise de discurso categorial de entrevistas semiestruturadas, sustentada por uma taxonomia indutiva. Estas últimas dirigiram-se a um corpus selecionado e representativo, englobando diferentes faixas etárias. Os entrevistados são estudantes universitários e professores da Guiné Bissau que testemunharam a longa era de três décadas (1980-2009) do governo de José Bernardino "Nino" Vieira. As entrevistas demonstram como o presidente Nino recorreu ao capital simbólico no exercício do seu poder.

### **O cenário político da Guiné-Bissau**

Após a independência (24 de setembro de 1974) de Portugal, a Guiné-Bissau foi governada pelo antigo movimento de libertação PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde). Após o golpe de 1980, João Bernardino "Nino" Vieira assumiu o cargo de presidente, onde se manteve até 1998. Golpes de estado, assassinatos e disputas entre os políticos e o exército têm sido uma característica marcante da turbulência política guineense desde a instituição formal da democracia pluralista em 1994. A Guiné-Bissau é formalmente uma democracia representativa semipresidencial, embora as atividades políticas raramente sejam consistentes com o plasmado nas provisões da Constituição (1984).

Os processos de construção de nações e estados estão em jogo devido a legados sociais, culturais e políticos. Por um lado, falta um sistema aberto e livre de relações entre governados e governo. Por outro lado, o processo de incorporar os cidadãos numa identidade nacional é dificultado pela heterogeneidade étnica (Forrest, 2003). No país existem quase trinta etnias e nenhuma delas tem alta prevalência entre a população. Os Balanta (26%), Papel (9,2%), Bijagós (2,1%), Manjaco (9,2%), e Mancanha (3,5%) são as etnias animistas mais significativas, representativas de quase 50% da população total, enquanto os Fula (25 %) e os Mandinga são as principais etnias muçulmanas (Nóbrega, 2003). Não existe um grupo étnico predominante na esfera política<sup>2</sup>, nem há registos de voto político no país. A identidade étnica não é determinante da escolha política de uma dada comunidade (Forrest, 2003: 187). O parcelamento de identidades combina padrões de identidade mais fortes com o grupo étnico dos indivíduos do que com a nação. Os padrões de identidade étnica não se limitam ao agrupamento cultural, afetando também a esfera política. A maioria das pessoas refere-se à autoridade local e não ao Estado

---

<sup>2</sup> Embora Álvaro Nóbrega se refira ao processo de "balantização do Estado". A presença do grupo étnico Balanta é maioritária dentro das forças armadas, daí o poder crescente que os Balanta estão a ganhar na esfera militar e política (Nóbrega, 2015).



(Favarato, 2017). O Estado é frágil e carece de legitimação entre as pessoas, especialmente no meio rural. Herdeiro do antigo estado colonial, o atual estado guineense adotou a forma de um aparelho europeu, que não foi capaz de penetrar e rearranjar numa configuração tradicional e social do poder (Forrest, 2003).

O sistema de governo indireto português, implementado durante o século dezanove, baseou-se em comités locais, designados Comitês de Tabanca (Forrest, 2003: 142). Estes últimos destinavam-se a difundir generalizadamente o poder do Estado entre os povos nativos. Apesar disso, o sistema de governo colonial foi corrompido pelos habitantes locais, que elegeram pessoas dotadas de autoridade tradicional ou indivíduos frágeis para cargos no comité (Nóbrega, 2003). A força da estrutura política e social local e tradicional prevaleceu sobre o colonizador. O Estado independente governado pelo PAICG herdou essas fragilidades estruturais. A capacidade do Estado é limitada às cidades e as autoridades comunitárias controlam a sociedade rural.

A estrutura contemporânea dos sistemas políticos africanos é ontologicamente composta de três elementos: estruturas pré-coloniais, legados culturais e políticos coloniais e desenvolvimentos do Estado pós-colonial, inerentemente influenciados pelo processo de globalização e pelo modelo moderno de Estado neoliberal. As três parcelas não são exclusivas, pois funcionam em sinergia recíproca na realidade social, cultural e política interna. A cultura política da Guiné-Bissau é, *ipso facto*, uma mistura cultural heterogénea. A estrutura tripla fornece uma explicação sólida sobre a dialética das potências tradicionais do Estado. O PAICG reiterou os ataques contra o poder tradicional, retratando-o como atrasado, indígena e incivilizado. Assim, geraram uma reação negativa, expressa através da recente revitalização do poder tradicional (Carvalho, 2004).

Apesar da soberania do Estado sobre todo o território guineense, a força das autoridades locais e tradicionais<sup>3</sup> é grande em todos os grupos étnicos. A legitimidade dos líderes locais deve-se provavelmente ao seu papel político e/ou religioso (Bordonaro, 2009).

A importância dos antepassados e dos espíritos, juntamente com a invenção da tradição (Hobsbawm, 2002), levou à recente revitalização do poder tradicional na Guiné-Bissau. Mediante o apoio dos legados de sangue e da alma com forças metafísicas e dos antepassados, o recém-nomeado régulo realiza rituais e cerimónias tradicionais com sucesso. O objetivo é afirmar a sua autoridade, ampliar o capital simbólico e fortalecer o poder. As práticas tradicionais de legitimação são a marca do sincretismo entre o poder secular e religioso: a legitimidade, o poder e a autoridade dos líderes tradicionais (régulos) dependem fortemente da sua força religiosa e do seu compromisso com a *cerimonia di terra*<sup>4</sup> animista (Favarato, 2017).

## **Cultura política e importância da religião tradicional**

A orientação dos indivíduos relativamente ao sistema político e à ação política são elementos determinantes para entender a legitimidade das autoridades locais e

---

<sup>3</sup> A antropóloga Clara Carvalho (2004) estabelece uma distinção entre poder local e tradicional. O primeiro é uma estrutura de poder independente, historicamente enraizado em práticas costumeiras e hábitos sociais; o rótulo de tradicional deve-se à fonte de legitimação do poder. Os régulos guineenses sustentam a sua autoridade na noção auto-justificadora da "tradição".

<sup>4</sup> "Di terra" usa-se como referência à tradição, tanto no seu aspeto imanente como material. Assim, está associado a forças animistas, espíritos (*irân*) e antepassados.



tradicionais. Esses padrões orientadores resumem-se melhor na expressão cultura política (Almond, 1956: 396), devido aos traços epistemológicos peculiares aos quais os dois termos se referem por si mesmos. Juntos, eles definem um grupo específico de cultura, diferenciado e parcialmente autónomo da cultura em geral.

A cultura é um fenómeno coletivo em que os indivíduos reúnem o seu próprio conjunto de perspectivas do mundo, interpretação da realidade, sentimentos e expectativas. Cultura é um termo amplo; refere-se a aspetos individuais (traços egotrópicos ou psicológicos) e sociais (sócio-trópicos). Devido às instituições, socialização, educação e meios de comunicação, uma cultura é "o sistema significativo através do qual uma ordem social é comunicada, reproduzida, experimentada e explorada" (Williams, 1983: 13). Na ausência de limites claros de definição, inclui noções oriundas de diversos grupos de conhecimento, como a antropologia, sociologia, psicologia, ciência política, religião e arte.

Distinta das atitudes não políticas, a cultura *política* revela como o sistema político é internalizado sob a forma de cognições, sentimentos e avaliações. A combinação dos termos político e cultural refere-se às orientações psicológicas das pessoas em relação aos objetos sociais ou, por outras palavras, à totalidade de ideias e atitudes em relação à disciplina da autoridade, responsabilidades e direitos governamentais e padrões associados de transmissão cultural (Robertson, 2002).

A cultura política pode ser categorizada de acordo com o tipo, subculturas e congruência entre cultura política e sistema político. No que diz respeito ao caso da Guiné-Bissau, identifica-se um tipo de participante partilhado pela elite, enquanto a maioria da população guineense está inserida na cultura política provinciana<sup>5</sup> (Almond & Verba, 1989 [1963]), na medida em que as autoridades tradicionais são referidas como primeira autoridade legítima, ao contrário do Estado central. Uma orientação política não exclui nem substitui a outra; não há homogeneidade ou uniformidade da cultura política como tal, mas sim uma heterogeneidade cultural ou mistura assente em clivagens de subculturas.

A orientação para a ação política é dedutível por uma síntese de elementos cognitivos, catéticos e de avaliação (Almond, 1956: 396). Em termos de afeto, a avaliação do Estado e do governo apresenta aspetos negativos: pouco ou nada se espera do sistema político e a consciência da presença do governo tende a estar ligada aos interesses familiares. Além disso, as reformas e a permanência de mudanças (Bordonaro, 2009), ainda que não levem a quaisquer mudanças ou melhorias, promoveram um sentimento de resignação misturado com esperança no futuro.

Segundo os guienenses, a estrutura política do país é ineficiente e incapaz de suprir as necessidades das pessoas, pois os funcionários estatais são, no geral, corruptos. Os políticos são acusados de corrupção e de se servirem da sua posição em prol de interesses pessoais. Esta atitude egoísta contraria as características desejáveis de um líder político: as autoridades tradicionais gozam de legitimidade na medida em que governam com responsabilidade o bem-estar das pessoas (Monteiro, 2016: 163). Um bom líder deve usar o poder para o bem comum da comunidade.

---

<sup>5</sup> De acordo com o modelo de tipo provinciano, as funções políticas não são especializadas e não estão separadas da orientação religiosa e/ou social. Apesar de poderem existir em políticas diferenciadas e de maior escala, a orientação provinciana é mais comum nos sistemas tradicionais mais simples e circunscritos. (Almond & Verba, 1989 [1963]: 17).



Os cargos políticos tradicionais são um emprego para toda a vida, conferido de acordo com critérios de idade, sabedoria, coragem e valor. As disposições do direito consuetudinário (FDB e INEP, 2012) nomeiam um conselho de anciãos (*Omi Garandi*) e um comité de conselheiros para orientar a governação de um régulo. As pessoas obedecem a decisões e regras promulgadas por serem justas; é muito improvável que hajam violações. A maioria das disposições das autoridades locais assenta em elementos animistas indígenas, que encoraja a proibição. Violar uma norma tornaria uma pessoa culpada perante o *irân*<sup>6</sup>, que não tem misericórdia dos seres humanos: os castigos significam muitas vezes a morte ou *mufunesa*<sup>7</sup> ininterrupta (Favarato, 2017).

A vida política local é mantida nos bastidores. A oralidade é um meio de comunicação fundamental num contexto de alfabetização medíocre; sem recursos impressos, informáticos ou tecnológicos, as reuniões à sombra das mangueiras são o local escolhido para palestras e discussões políticas. A partilha rápida de informações orais (por meio de conversas oficiais e conversas boca-a-boca entre conselheiros) e o alto nível de consentimento da sociedade podem promover a imagem positiva de um líder, assim como rapidamente destruir a reputação de uma pessoa com base em mexericos. A confiança é de suma importância num mundo político assente na oralidade.

Independentemente de todos os cidadãos estarem informados sobre questões políticas, a participação na vida política é moldada dentro de limites estreitamente ligados ao género e à realização de cerimónias tradicionais. São os rituais, não a idade, que definem as fases da vida de uma pessoa. Os rapazes têm que fazer *fanado* (um teste de resistência de três meses) para se tornarem membros ativos da comunidade política. Quem não realiza a cerimónia, total ou parcialmente, recebe o nome depreciativo de *blufo* e não é elegível para casar. As mulheres geralmente são excluídas da vida política e não podem ter cargos políticos<sup>8</sup>. Mas, pelo contrário, não existe nenhuma proibição disso registada no sistema religioso.

Espelhando o funcionamento da família, a estrutura política local despreza o egoísmo. Um sistema de obrigação recíproca, criando assim uma rede relacional de interações, permanece como pedra angular do sistema social, político e familiar. Assim, a confiança e identificação no sistema político local é elevada.

A transferência das orientações políticas acima referidas para o sistema nacional revela-se assim malsucedida. As práticas do governo nacional assentes num aparelho burocrático não são consistentes com os padrões de legitimação e identificação próprios do sistema tradicional, logo a ideia do falhanço do Estado enganador. Como delineado na análise de Almond e Verba (1989 [1963]), a cultura política e o sistema político não são inerentemente duas estruturas sobrepostas, pois o nível da sua incongruência determina a eficiência e participação em formas de ação política.

O aparelho estatal resulta de legados coloniais que não refletem a realidade local nem a herança africana. A incongruência causa sentimentos de distanciamento, ao mesmo tempo que incorpora a disseminação da cultura política participativa. As clivagens na orientação política são moldadas pela localização dos assentamentos urbanos ou rurais. A divisão da cultura política amplia-se entre a elite educada estrangeira e a população

---

<sup>6</sup> A palavra *Irân* não tem uma definição clara ou delimitada. Refere-se a uma entidade metafísica, um espírito, uma força poderosa. Apesar de ser do outro mundo, é considerado parte do mundo físico, a sua presença é sentida e é apontada como a última causa de ocorrências positivas e negativas.

<sup>7</sup> Infortúnio.

<sup>8</sup> Estão previstas exceções no caso de uma mulher ser a chefe da família.



em geral, já que a consciência do significado do governo varia fortemente de acordo com o nível de educação (Almond & Verba, 1989[1963]).

Nos habitantes das cidades e nas elites educadas, a cultura política inclina-se para o tipo participativo. Nesse modelo, os cidadãos são explicitamente orientados para o sistema (políticas, estruturas administrativas e processos) como um todo e sentem o papel ativo do seu “eu” na política (Almond & Verba, 1989 [1963]: 18). Em Bissau e em Bafata, os níveis de participação política são notavelmente altos e levaram ao aparecimento de uma sociedade civil articulada e alinhada com a tradição associativa africana. É precisamente em Bissau que ocorrem os protestos e motins de oposição a ações governamentais, demonstrando envolvimento na vida política em termos positivos (debates políticos, sede dos partidos políticos) e negativos (protestos, contestação, desacordo). Além disso, os cidadãos urbanos e as elites educadas tendem a sentir uma incongruência de identidade: enquanto a sua cultura política participativa é consistente com o sistema político formal, dificilmente haverá qualquer identificação com a desresponsabilização dos políticos e com as medidas autoritárias promulgadas.

As clivagens entre as diversas subculturas políticas e a incongruência entre o sistema político e as culturas políticas impedem a legitimidade nacional. Além disso, a incompatibilidade do sistema cultural, juntamente com a variedade de subculturas, dificulta a tarefa do líder nacional de englobar a heterogeneidade étnica e alcançar legitimidade reconhecida nacionalmente.

### **Persistência da religiosidade e poder simbólico**

Alcançar a legitimação é uma questão difícil na política da Guiné-Bissau: a independência impulsionada pelo Estado e não pelo povo (Graça, 2005: 22) frustrou o processo de construção da nação. A construção de cima para baixo do aparelho estatal e da estrutura de administração não superou as estruturas de poder locais e tradicionais. A baixa legitimidade<sup>9</sup> revolucionária concedida aos políticos e a falta de fundamentos para a legitimidade nacional estimulou o apelo ao mito e aos símbolos fortemente enraizados na religião tradicional para promover a autoridade através do poder simbólico.

Como alternativa eficaz à legitimação burocrático-racional, o capital simbólico fornece uma base geralmente válida para legitimar o poder político nacional. O capital simbólico, inerente ao capital social e cultural, é a principal força por excelência da política (Bourdieu, 2014: 282; 1989). É gerado pela relação entre o capital sociocultural e os agentes a quem a socialização lhes permite ver e reconhecer tais mais-valias. Por outras palavras, significa que os cidadãos reconhecem as autoridades políticas como dotadas desse capital simbólico.

Enquanto poder criador do mundo, o capital simbólico fornece a base para criar legitimidade entre as pessoas, que se manifesta de muitas formas: uma linguagem é, por exemplo, uma instituição normativa estruturada, ela própria constitutiva da realidade e uma forma de capital simbólico.

O poder simbólico não se baseia necessariamente em factos provados, nem em verdades factuais. Preferencialmente, depende da manipulação da realidade, ou melhor, de uma manipulação da realidade de acordo com a visão e opinião da pessoa. A política não é

---

<sup>9</sup> Reconhecimento do direito de fazer parte do governo devido à participação na luta pela independência.



feita pela verdade, mas pela opinião, que finalmente se identifica com a ilusão. E a opinião é uma das bases indispensáveis do poder (Arendt, 1995: 17).

A importância dos mitos, símbolos, valores e crenças não reside apenas em si mesmos, mas no que eles evocam, no significado que lhes é dado. Mitos, símbolos e rituais são uma característica essencial de todas as sociedades; as cerimónias periódicas são necessárias para afirmar as necessidades existenciais da sociedade e os valores morais com significado ideológico (Fortes & Evans-Pritchard, 1981 [1940]: 52-56; Hobsbawm, 2002). A manipulação dos mesmos para servir objetivos políticos desempenha uma função-chave, uma vez que são uma ferramenta útil para aumentar a legitimidade da elite política e da liderança nacional.

Como já foi observado por Fortes & Evans-Pritchard (1981 [1940]: 52), "a coesão e a persistência das sociedades africanas [tradicionais e nacionais] dependem em grande parte da capacidade de todos os membros sentirem a sua unidade e perceberem o seu interesse comum em mitos e símbolos". As opiniões religiosas, e assim os valores e crenças que lhe estão relacionados, desempenham um papel importante na convicção política das pessoas.

Além disso, a capacidade de resposta pública à manipulação de símbolos aumenta quando as pessoas estão vulneráveis à angústia político-económica ou quando se sentem incapazes de lidar com os seus problemas (Hayward & Dumbuya, 1983). A tese da segurança humana (secularização) de Inglehart e Norris (2011) faz a ponte entre o nível de religiosidade e o nível de segurança existencial entendido pelos membros de uma determinada sociedade. Essencial para o bem-estar, a segurança humana designa o estado de vida livre de vários riscos, perigos e vulnerabilidades. A religiosidade refere-se, nesse sentido, à necessidade de uma origem suprema para enfrentar os riscos que ameaçam a vida, com os quais se tem de lidar diariamente. Acreditar num ser metafísico tem um papel funcional para os que vivem em condição vulnerável, pois ajuda a reduzir a ansiedade pela sobrevivência.

O argumento central da tese da modernização é que as mudanças económicas, políticas e culturais se realizam em conjunto de acordo com padrões coerentes. Existe uma ampla gama de valores culturais intimamente ligados ao nível de desenvolvimento económico de uma determinada sociedade (Inglehart, Basañez & Moreno, 1998), enquanto outros fatores, como a educação formal, comunicação de massas e estrutura da força de trabalho, são simplesmente influentes nos padrões de mudanças culturais.

No entanto, a religiosidade é sensível a outros elementos da sociedade, como a cultura religiosa e o desenvolvimento socioeconómico (Inglehart, Basañez & Moreno, 1998). Além disso, os padrões de mudanças culturais dependem muito do nível económico de um país; por outras palavras, a dimensão política da cultura muda juntamente com o sistema económico. As expectativas políticas e sociais de populações que vivem em países mais pobres e Estados falhados estão primordialmente associadas a pedidos de segurança, ao invés das pretensões de cidadania participativa, inclusiva, ou direitos do indivíduo<sup>10</sup>. Entre essas populações, a religiosidade persiste mais fortemente, enquanto se regista uma erosão sistemática de práticas religiosas, valores e crenças entre os estratos mais prósperos das nações ricas (Inglehart & Norris, 2011).

---

<sup>10</sup> Nesse sentido, os direitos referem-se aos direitos de primeira e segunda geração, respetivamente cívicos e políticos, e direitos económicos, sociais e culturais.





## **Religião, crenças, mitos e símbolos no seio da política**

A marca da cultura política da Guiné Bissau é o sincretismo entre as esferas política e religiosa. Esta última baseia-se no sistema tradicional de crenças, uma heterogeneidade de cosmologias sob o nome de animismo. Apesar de identificar-se com uma das religiões reveladas (cristianismo, islão) presentes no triplo sistema religioso do país, as crenças animistas permanecem um substrato cultural em todos os indivíduos. *Irân* é a divindade principal; designa um espírito que pode ser maligno ou benevolente. No sistema tradicional, a concordância de *Irân* é fundamental para legitimar uma função política. Além disso, a aprovação dos anciãos e dos antepassados é fundamental para legitimar a função política de uma pessoa.

A nível nacional, o capital simbólico dos políticos assenta em valores, mitos e crenças animistas tradicionais. É provável que sua manipulação forneça ao líder ampla legitimidade para superar o impasse da heterogeneidade étnica, reforçando ainda a instauração de um regime autoritário.

Para entender a dimensão religiosa na esfera política guineense, fez-se uma análise de conteúdo discursivo em entrevistas semiestruturadas a um corpus selecionado. A análise é categórica, sustentada por uma taxonomia indutiva. As unidades de análise, colocadas dentro de índices e categorias, são constituídas por palavras únicas, ou pares de palavras, quando ambas são necessárias como conceito de referência. O conceito que se assemelhe a uma característica peculiar do universo guineense será apresentado usando a palavra original nativa (por exemplo, *irân*, *djambakus*). O elenco segue a regra de presença ou ausência.

As entrevistas concentram-se num período de tempo específico entre 1980 e 2009. Durante três décadas, José Bernardino "Nino" Vieira governou ou esteve fortemente envolvido no governo. A análise pretende, então, indicar o uso e o uso indevido do capital simbólico relacionado com a religião por parte de "Nino" Vieira.

O primeiro grupo (Estado) inclui os elementos necessários para verificar hipóteses de legitimação. Os índices centram-se na heterogeneidade étnica, na legitimidade das estruturas de poder nacionais versus locais tradicionais, nas práticas autoritárias e no sentimento em relação ao Estado.

O segundo grupo (resposta ao capital simbólico) visa identificar a sensibilidade às facetas religiosas das práticas políticas. Os índices visam determinar a presença de mitos, símbolos e crenças dentro da política e da sua fundação. Além disso, os seguintes índices indicam que tipos de fundações estão subjacentes à idolatração do líder nacional.

Finalmente, o terceiro grupo (*africanização* do poder) regista a presença de itens referentes a símbolos, crença e religião na esfera política.

### Estado

A primeira categoria examina a percepção do Estado por parte da população guineense. Especificamente, identificam-se os padrões de legitimação da autoridade do líder nacional e a presença de marcadores de autoritarismo.



Tabela 1

Categoria: legados tradicionais						Estado
Indicadores	Sincretismo político-religioso	Tribalismo	Etnicidade	Especialistas conselheiros tradicionais -	Tribunal informal	

Fonte: redigida pela autora

A dimensão estatal mistura-se com a dimensão não estatal por incluir legados tradicionais. As narrativas e conversas sobre o Estado recorrentemente incluem referências a etnias, direito consuetudinário, e autoridades tradicionais na caracterização do sistema político nacional. A etnia não é fonte de conflitos entre os povos guineenses, pois é uma fonte de orgulho. A integração étnica harmoniosa entre grupos guineenses é invulgar. A diferença religiosa também é respeitada. Especialistas em religião tradicional (régulos, *djambakus*, balobeiros, mouros) são também de suma importância na esfera política: constituem um tribunal informal de ministros e conselheiros do presidente. "Nino" Vieira teria um tribunal real a residir na sua residência, o "Palácio", em Bissau, e costumava consultá-los diariamente. Cada um dos especialistas tinha competência sobre um assunto específico, como um bem governamental.

Tabela 2

Categoria: Estado "desonesto"							Estado
Indicadores	Fragilidade	Democratização	Unidade nacional	Clientelismo	Corrupção	Sociedade Civil	

Fonte: redigida pela autora

Em geral, o Estado é caracterizado por marcas de fragilidade estrutural. Por um lado, os entrevistados caracterizaram-no negativamente como sendo um sistema regido pelo clientelismo e pela corrupção, gerando sentimentos gerais de desconfiança. O Estado e as autoridades governamentais são considerados entidades distantes e, no geral, ineficazes e indefesas, incapazes de ações efetivas. A orientação geral em relação ao governo mostra que não tem autoridade e poder, assim como lhe é dada pouca legitimidade. Além disso, as expectativas sobre o Estado, a democracia, o governo e a política em geral são baixas ou inexistentes. Não existe ou há pouca identificação com o aparelho do Estado moderno burocrático. Por outro lado, existe um forte sentimento de pertença nacional a uma unidade guineense



Tabela 3

<i>Estado</i>					
<i>Categoria: Legitimação e autoritarismo</i>					
<i>Indicadores</i>	Legitimação revolucionária	Perfil do Chefe do exército	Poder e conhecimento sobrenaturais	Controlo	Tirânico

Fonte: redigida pela autora

A caracterização do presidente "Nino" apresenta traços diferentes. Não obstante o regime semi-autoritário de mais de uma década, "Nino" Vieira é retratado como um herói. Ele gozava de grande legitimidade entre a população, principalmente devido à sua fama de guerreiro corajoso que lutou contra os portugueses. Dizia-se que era invencível porque enfrentou várias situações de risco de vida, nunca tendo sido ferido nem os seus soldados derrotados. A fama militar proporcionou o terreno para a legitimidade revolucionária de que precisava para obter consentimento. Assim, os seus feitos militares foram embelezados com características supernaturais e mitos que o idolatravam como ser imortal que desfrutava do apoio pessoal de um dos mais poderosos *irân*. Pensava-se que tinha poderes e conhecimento sobrenaturais.

No entanto, "Nino" era um líder amado e temido devido às formas tirânicas de controlo que utilizava. Quando sua autoridade era questionada, "Nino" exerceu medidas brutalmente repressivas contra os seus opositores. As pessoas temiam-no devido aos seus méritos no campo de batalha, e ainda mais por causa das atrocidades que cometeu.

### Resposta ao capital simbólico

A reatividade das pessoas à manipulação de símbolos evidencia-se na análise da figura do presidente "Nino" Vieira. O seu poder assentava na coragem militar e nos valores animistas indígenas. As descrições de "Nino" quase que se assemelham a uma forma de mito, contendo referências recorrentes a poderes sobrenaturais e à natureza sobre humana, bem como às suas capacidades extraordinárias de guerreiro. Também se lhe referem como o "pai" da nação.

"Nino" era adorado como um general heroico e invencível, cujos atos no campo de batalha durante a luta pela independência eram sobre humanos. Recebeu igualmente um nome de guerreiro Balanta, *Kabina Fanchamna*. Dizia-se que era imortal porque não existia nenhuma arma que pudesse feri-lo. Essa crença foi disseminada nos segmentos civil e militar da sociedade e explica as circunstâncias vívidas da sua morte. Além disso, acreditava-se que ele tinha o apoio de um *irân* especial e pessoal, cujos favores lhe concediam proteção e poder.



Tabela 4

Categorias	Resposta ao capital simbólico						
	Mito sobrenatural				Mitos relacionados com a guerra		
Indicadores	Poder e conhecimento sobrenaturais	Inven-cível	Acima da natureza humana ou divina	Morte de Nino	<i>Kabina Fanchamna</i>	Guerreiro heroico lendário	Estatuto social de lutador pela independência

Fonte: redigida pela autora

De acordo com as conversas populares, "Nino" tinha direito a poderes sobrenaturais que lhe permitiam saber tudo o que queria. Esta lenda serviu como dissuasão contra os seus opositores, para evitar que organizassem um golpe de estado, revolta ou rebelião. Além disso, desencorajou qualquer forma de oposição ao seu poder. Estas são características do autoritarismo em vez de se assemelharem a padrões simbólicos de capital em direção à legitimação. O seu governo estava organizado de forma muito eficiente com base em informações fornecidas pelos serviços secretos. Apoiado pelas autoridades locais e urbanas leais, era avisado antecipadamente de quaisquer movimentos subversivos que nasciam no país. Se se mencionava o controlo da informação e a dissuasão, as narrativas sobre o poder de "Nino" Vieira estavam prontas para fazer com que as capacidades de controlo do governo parecessem o resultado das capacidades do Presidente, devido à influência do *irân*.

Numa religião animista tradicional altamente participada, a grande maioria do povo é sensível aos valores e crenças pertencentes às cosmologias indígenas. Junto com aqueles que claramente têm fé no *irân*, a maioria das pessoas reconhece a existência dos espíritos e alguns até se consideram pauteiro/a (capaz de ver *irâns*). Portanto, o regime autoritário regido por "Nino" Vieira baseava-se num sistema de controlo baseado na manipulação de crenças religiosas e em serviços de informação organizados pela burocracia racional.

Tabela 5

Categorias	Resposta ao capital simbólico					
	Controlo e dissuasão			Crenças		
indicadores	Proteção do Irân	Ser ou ter djambakus	Serviços Secretos	Ter fé em irâns	Crenças gerais em irâns	Pauteiro/a

Fonte: redigida pela autora

### Africanização do poder

Nos sistemas políticos tradicionais africanos, o uso de mitos e símbolos relacionados com a religião é uma característica comum. O sincretismo entre religiosidade e política é a norma: os papéis frequentemente sobrepõem-se, a aprovação dos espíritos e dos



antepassados é fundamental para a aprovação de um líder ou para resolver qualquer decisão política importante da comunidade.

Tabela 6

<i>Africanização do Poder</i>					
<i>Categoria: Símbolos</i>					
<i>Indicadores</i>	Bênção do Régulo	Machado	Mão sagrada	Casco de galinha	Veste muçulmana

Fonte: redigida pela autora

O governo de “Nino” Vieira é retratado como sendo rico em símbolos que lembram a dimensão animista. Entre os mais comuns, surgem a bênção dos régulos tradicionais, a mão sagrada, o casco de galinha e a veste muçulmana. No entanto, a última categoria da análise de conteúdo considera indicadores referentes à religiosidade. Foi aplicado amplamente a todos os conjuntos de dados. O resultado da análise mostra que a esfera política é sempre retratada com características religiosas ou relacionadas com a religião. Isto aplica-se tanto às autoridades locais tradicionais como aos líderes nacionais, daí o sistema político do Estado.

A configuração sincrética do poder guineense desafia o sistema estatal moderno e burocrático estabelecido após a independência, herdado da colonização portuguesa e influenciado pelo processo de globalização mundial.

Tabela 7

<i>Africanização do Poder</i>								
<i>Categoria: Elementos religiosos</i>								
<i>Indicador</i>	<i>Irân</i>	tradicional	animismo	sincretismo	(cerimónia tradicional)	Especialista Tradicional ( <i>djambakos</i> , mouro, régulo, balobeiro)	Catolicismo	Islamismo

Fonte: redigida pela autora

Para a ciência política ocidental, a manipulação de mitos e símbolos religiosos dentro da esfera política é um meio abusivo de obter poder, legitimação e autoridade. Apesar disso, é necessário considerar as especificidades dos sistemas africanos e os seus legados políticos. A presença de marcadores místicos é comum a todos os países africanos, e mais intensamente nos países da África Ocidental. Assim, a presença de símbolos de poder, elementos religiosos e especialistas tradicionais nos caminhos internos da política nacional pode ser a marca de uma configuração peculiar de Estado, para apontar o processo de *africanização* do poder.



## Conclusão

Ao longo deste artigo, procurei mostrar a importância da religião tradicional na cultura política da Guiné-Bissau.

A estrutura política tripla inerente à sociedade da Guiné-Bissau desempenha um papel importante na definição dos limites da dimensão religiosa. A força das autoridades locais e tradicionais permeia o poder das autoridades nacionais. A prevalência do tipo de cultura política provinciana aumenta a primazia da primeira sobre a segunda. As normas promulgadas assentam em fundamentos sociopolíticos e metafísicos. O nível de identificação e confiança das pessoas nas autoridades locais ou tradicionais é alto e sua legitimidade é inquestionável.

Quando as ferramentas da estrutura nacional racional-burocrática não são consistentes com os objetivos desejados - legitimidade, poder, consentimento - as autoridades recorrem ao capital simbólico do poder. O capital religioso fornece uma base sólida para o poder simbólico forte, uma vez que: 1) as crenças da metafísica são uma parcela absoluta de símbolos, mitos e valores. Tal como os chefes tradicionais, as crenças amplamente aceites servem de base para a legitimação da autoridade do presidente; 2) embora a segurança humana seja um elemento determinante, se bem que não determinista, para definir a religiosidade, a percepção à religiosidade é maior nas sociedades em que os indivíduos são mais vulneráveis a perigos que põe a vida em risco.

Em relação à hipótese postulada, a análise prova que a difusão de valores, mitos e símbolos relacionados com a religião na política guineense tem mais do que uma função.

Por um lado, os mitos que envolviam o presidente "Nino" Vieira forneciam-lhe níveis excepcionalmente elevados de legitimação e consentimento. Primeiro, foram um meio de superar o impasse étnico tradicional de legitimação. Segundo, o poder de "Nino" assentava num misto de legitimação baseada na fama e medo mitológicos. Os mitos e narrativas concederam-lhe uma identidade *Übermensch*, que eficientemente dissuadiu a oposição e a revolta contra o governo estabelecido. "Nino" é conhecido tanto como o general heroico que libertou o país do colonizador português como por ser presidente sanguinário para quem a polícia iria impiedosamente assassinar qualquer opositor. A mística em torno da figura do presidente, portanto, representa o avanço do sistema político autoritário.

Por outro lado, o emprego de símbolos baseados na religião por "Nino" Vieira é uma ferramenta para compensar as relações frouxas entre o governo e os cidadãos. No entanto, tais práticas fazem parte dos sistemas políticos tradicionais africanos, onde a esfera religiosa e a política são interdependentes. O uso de valores relacionados com a religião pelos líderes nacionais enquadra-se no sincretismo político-religioso. Este último é uma característica definidora dos sistemas políticos africanos.

De acordo com a tradição ocidental, a vida na pluralidade toma a forma de política, uma arte sustentada nas faculdades dos seres humanos, cuja força subjacente assenta na organização social dos seres humanos. Contrariamente, a política africana fundamenta a fundação definitiva do governo numa entidade metafísica e de alguma forma superior. Na Guiné Bissau, chama-se *irân*. Os *irâns* são os verdadeiros donos do poder, enquanto as autoridades nacionais tradicionais, locais e - poderíamos afirmar - nacionais são instrumentos da sua vontade. Nesse sentido, a dimensão religiosa é inseparável da



política, pois implicam-se intrinsecamente. A transposição do uso de mitos, símbolos e valores religiosos para a esfera política nacional sintetiza a pedra angular do processo de *africanização* do poder, ou melhor, a construção de um Estado complexo, não sustentado exclusivamente no modelo do Estado-nação ocidental.

### Referências bibliográficas

- Almond, Gabriel A. (1956). Comparative Political Systems. *The Journal of Politics*. Vol 18 n 3, pp. 391 - 409
- Almond, Gabriel Abraham & VERBA, Sidney (1989). *The civic culture*. Newsbury Park (California): SAGE. 1ª edição: 1963
- Bordonaro, Lorenzo L. (2009), *Guinea Bissau today: The Irrelevance of the State and the Permanence of Change*, African Studies Reviews, vol. 52, n. 2
- Bourdieu, Pierre (1989). Social Space and Symbolic Power. *Sociological Theory*. Vol. 7, n. 1, pp.14-25
- Bourdieu, Pierre (2014). *Sobre o Estado. Curso no Collège de France (1989-1992)*. Lisboa: Edições 70. Original title: *Sur L'État. Cours au Collège de France (1989-1992)*.
- Carvalho, Clara (2004). Local authorities or local power? The ambiguity of traditional authorities from the colonial to the post-colonial period in Guinea-Bissau. *Lusophone Africa: Intersection between the Social Sciences*. Institute of African Studies, Cornell University
- Faculdade de Direito de Bissau & Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (2012). *Direito costumeiro vigente na República da Guiné-Bissau: Balantas, Fulas, Mancanhas, Manjaco, Mandingas, Papeis*. Bissau: FDB, INEP, Cooperação EU, PNUD
- Favarato, Claudia (2017). *This child is not a person. Criança-irân infanticide cultural practices and the challenges to human rights*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa
- Forrest, Joshua B. (2003). *Lineages of State fragility, rural civil society in Guinea Bissau*. Ohio: James Currey editor
- Fortes, Meyer & Evans-Pritchard, E.E. (1981). *Sistemas Políticos Africanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Original title: *African Political Systems*. 1940. Oxford University Press on behalf of International African Institute
- Graça, Pedro Borges (2005). *A Construção da Nação em África*. Coimbra: Almedina
- Hayward, Fred M. & Dumbuya, Ahmed R. (1983). Political Legitimacy, Political Symbols and National Leadership in West Africa. *The Journal of Modern African Studies*. Vol. 21, n. 4, pp. 645-671
- Hobsbawm, Eric (2002). *L'invenzione della tradizione*. Torino: Giulio Einaudi Editore. 1ª edição: 1983
- Inglehart, Ronald, Basañez, Miguel, Moreno, Alejandro (1998). *Human Values and Beliefs: A Cross-Cultural Sourcebook. Political, religious, sexual and economic norms in 43 societies. Findings from the 1990-1993 World Value Survey*. USA: The University of Michigan Press



Inglehart, Ronald & Norris, Pippa (2011). *Sacred and Secular. Religion and politics worldwide*. 2ª edição. Nova Iorque: Cambridge University Press. (1ª edição 2004)

Monteiro, Samory Badona (2016). A Atualidade do Direito Tradicional no Sistema Jurídico da Guiné-Bissau: Perspetivas Sinérgicas à Luz da Reparação Penal. *ReDILP – Revista do Direito de Língua Portuguesa*. N 8 (julho – dezembro 2016), pp. 159 – 196

Nóbrega, Álvaro (2003). *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Nóbrega, Álvaro (2015). *Guiné-Bissau: um caso de democratização difícil (1998-2008)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Robertson, David (2002). *The Routledge dictionary of politics*. Londres: Europa Publications. 3ª edição

Williams, Raymond (1983). *Keywords. A Vocabulary of Culture and Society*. Nova Iorque: Oxford University Press